

Rui Costa finaliza ajustes em secretariado

Após nomear Jusmari para a Sedur, governador deve fazer alterações em outros cargos

ROMULO FARO
REPÓRTER

O governador Rui Costa (PT) confirmou em entrevista coletiva ontem que vai anunciar nos próximos dias (provavelmente ainda nesta semana) mais mudanças no primeiro escalão de sua administração. Mas Rui não quis anunciar quais pastas terão alterações e quem serão seus respectivos novos dirigentes. "Essa semana deve ter mais uma novidade. Mas não gosto de anunciar antecipadamente. Só anuncio quando está materializado. Mas essa semana deve ter mais uma mudança na equipe", afirmou Rui na cerimônia de inauguração do Centro de Diagnóstico por Imagem, no Hospital Geral do Estado (HGE). Ele fez mistério sobre o secretário da Cultura, Jorge Portugal, cuja expectativa é de deixar a pasta. "Não vou antecipar nada", disse Rui Costa.

O petista também desconversou sobre a permanência de Diogo Medrado (Podemos) no comando da Bahiatursa. O governador confirmou que há conversas com o PR, que tem feito pressão por mais espaço e já comanda a Secretaria de Turismo, com José Alves. "Estamos conversando", disse Rui Costa. O deputado federal José Rocha confirmou recentemente a busca do PR por mais cargos no governo. "Em 2018, estamos com Rui Costa e pretendemos ficar. Se formos bem tratados ficaremos e ainda falta alguma coisa. Ampliar nosso espaço dentro da secretaria que a gente já tem, que é a do Turismo. Bahiatursa não está conosco. Não temos um cargo na Bahiatursa. Já levamos para o governador qual é a nossa pretensão", afirmou o deputado.

Rui vai fazer duas etapas em sua equipe de primeiro escalão no go-

verno. Uma agora (já em curso, com a nomeação de Jusmari Oliveira na Secretaria de Desenvolvimento Urbano – Sedur) e outra até abril de 2018, por causa do período de desincompatibilização eleitoral para secretários que disputarão a eleição, como no caso do secretário de Desenvolvimento Econômico, Jaques Wagner (PT), e do titular da Secretaria de Relações Institucionais, Josias Gomes, deputado federal do PT – licenciado do mandato. No caso de Josias, ainda é esperado que ele deixe a pasta já no primeiro momento, por causa do desgaste com aliados do governador que já se arrasta há quase três anos.

É esperada também a saída do senador licenciado Walter Pinheiro (sem partido/ex-PT) da Secretaria de Educação para reassumir o mandato. É para a pasta da Educação que deve ir Josias Gomes. Há ainda expectativa de que o atual secretário de Meio Ambiente, Geraldo Reis, assumirá a Secretaria de Justiça e Direitos Humanos. Atual titular da pasta, o petista Carlos Martins se afastará para disputar uma vaga de deputado estadual em 2018.

RUI COSTA confirmou que vai anunciar nos próximos dias (provavelmente ainda nesta semana) mais mudanças no primeiro escalão de sua administração



Governador espera que aliados votem contra Temer

Ainda na entrevista coletiva de ontem, o governador Rui Costa afirmou que espera que os deputados federais baianos aliados votem do mesmo jeito como votaram na primeira denúncia agora, na segunda denúncia contra o presidente Michel Temer (PMDB). "A bancada vai votar da mesma forma que votou da vez passada. A maioria votou pelo afastamento de Temer. Acredito que deva manter essa posição", disse

Rui. O governador voltou a reclamar ontem do número de ações judiciais contra a licitação do projeto de Veículo Leve Sobre Trilhos (VLT) para o Subúrbio ferroviário de Salvador. Segundo ele, já são oito processos contra a proposta. "Tem gente com vontade de que as coisas não aconteçam em Salvador", disse Rui sem citar nomes. Sobre o Centro de Diagnóstico

por Imagem, do HGE 2, o governador afirmou que o modelo de gestão será de Parceria Público-Privada com a Rede Brasileira de Diagnóstico. De acordo com o governo, foram investidos R\$ 13,2 milhões para construção e reforma da unidade de Bioimagem e instalação de dois equipamentos de Tomografia Computadorizada e um equipamento de Ressonância Magnética. (RF)

Tavares nega conflito com cúpula nacional do PMDB

HENRIQUE BRINCO
REPÓRTER

O presidente do PMDB na Bahia, deputado estadual Pedro Tavares, desembarcou ontem em Brasília para um encontro com o presidente nacional do partido, senador Romero Jucá (RR). A **Tribuna**, o parlamentar assegurou que o encontro foi apenas para tratar da convenção nacional do partido, a ser realizada no próximo dia 4 de outubro. Entretanto, especula-se que o encontro tenha servido para deixar claro que a sigla baiana não deve aceitar as intervenções de Brasília nos rumos regionais.

"Falamos como será a convenção, o que será discutido, a questão da mudança do nome do PMDB... Ele se colocou à disposição para cuidar do que for preciso, no fortalecimento do partido. Fala-

mos um pouco sobre o partido na Bahia, as lideranças que temos, os deputados, os prefeitos, esse processo de condução do partido", disse Pedro Tavares à **Tribuna**.

"Logo no começo da reunião disse que tem muita especulação, ele [Jucá] disse: 'Olha, tem aí muita especulação, gente procurando... Quem procurar, vou dizer que trate com o presidente estadual na Bahia. A questão é no estado'. Depois que ele falou isso, não precisei falar mais nada. Comecei a falar de convenção nacional, que foi o que eu fui fazer efetivamente, mesmo", continuou.

Tavares comentou as especulações de que Brasília iria impor o nome do ministro Antônio Imbassahy para comandar a sigla no estado. "Estou ouvindo tudo isso aí por especulação na imprensa. Não posso falar porque estou ouvindo na imprensa. Estive agora com o presidente nacional e ele me disse

que os assuntos da Bahia serão decididos na Bahia", assegurou. "A gente vai sentar e discutir. Tenho dito que o partido está aberto a novas lideranças, desde que não exista condicionantes para vir ao partido. Vamos discutir dentro do partido essas questões. Digo sempre que vamos continuar o trabalho de fortalecimento. Todo partido quer receber novas forças", comentou. Ele ainda falou sobre a situação dos irmãos Vieira Lima no PMDB baiano.

"Eles estão afastados. O Lúcio está cuidando do seu mandato de deputado federal e Geddel está afastado das atividades político-partidária. A gente tem total autonomia para tocar o partido, juntamente com meus companheiros. Um grupo de jovens que está definindo novas diretrizes. Estamos intensificando ainda mais o contato com as bases e a valorização de novos quadros partidários".



EM BRASÍLIA, Pedro Tavares negou que fez reclamações a Romero Jucá

Vereadores discutem na Câmara aumento do IPTU em Salvador

Os vereadores de Salvador discutiram ontem, na Super Terça, o Projeto de Lei nº 439/2011, de autoria do Poder Executivo que trata dos valores do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU), do Imposto sobre Serviço de Qualquer Natureza (ISS), do Imposto sobre a Transmissão Intervivos de Bens Imóveis (ITIV) e da Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública (Cosip). A proposta modifica dispositivos da Lei nº 7.186, de 27 de dezembro de 2006, e da Lei nº 8.473, de 27 de setembro de 2013. O projeto será apreciado hoje pelos vereadores no plenário da Câmara. Ontem, os governistas Kiki Bispo (PTB) e Joceval Rodrigues (PPS) defenderam o projeto do prefeito ACM Neto (DEM). "As modificações nas cobranças de impostos corrigiram distorções que pairavam na cidade há mais de 20 anos. A maioria dos meus eleitores da cidade é de bairros periféricos e convivo com essa realidade. A isenção antes era para imóveis de até R\$ 30 mil e agora passou para quase R\$ 90 mil. As reformas tributárias contemplam os locais mais pobres de Salvador", afirmou Kiki.

Na mesma linha, Joceval Rodrigues defendeu o que chamou de "justiça social" estabelecida pelas mudanças na tributação. "É a terceira cidade em população do país e que ainda é uma tragédia em arrecadação, por falta de política de atração econômica, falta de políticas que

venham a aguçar essa economia. Precisamos desse choque na área tributária, rever todo cálculo venal e fazer justiça. Não podemos ter uma planta genérica de valores que ficou décadas sem ser atualizada".

Pela bancada de oposição, os vereadores Sidinho (PTN) e Sílvio Humberto (PSB) criticaram o projeto e cobraram mais debates. O bloco independente da Casa foi representado pelo vereador Edvaldo Brito (PSD). "O projeto está sendo conduzido de forma muito célere e açodada. Não aprendemos com lições passadas. Se faz justiça social e fiscal cobrando ITIV de habitações de interesse social? Qual o sentido das habitações de interesse social?", questionou Sidinho.

Na cerimônia de inauguração de uma escola no Subúrbio Ferroviário ontem, o prefeito ACM Neto argumentou que a ampliação da cobrança do ISS "é uma exigência federal". "Está decidido na lei que os municípios e o Distrito Federal precisam cobrar o ISS sobre outdoor. Não podemos deixar de seguir o que determina a lei". (RF)

CASO APROVADO

Projeto evitará que imposto seja reajustado dos contribuintes de Salvador

Prefeitura baiana tem contas de 2016 rejeitadas pelo TCM

DA REDAÇÃO

O Tribunal de Contas dos Municípios deu início ontem ao julgamento das contas das prefeituras municipais referentes a 2016. A primeira a ser analisada foi a do município de Nordestina, situado na região Nordeste do estado, a 340 km de Salvador. As contas foram rejeitadas pelos conselheiros do TCM, que seguiram o voto do relator, conselheiro José Alfredo Dias Rocha. O ex-prefeito Wilson Araújo Matos foi punido com multa no valor de R\$ 5 mil, terá que devolver aos cofres municipais um total de R\$120 mil e será denunciado ao Ministério Público Estadual por suspeita de prática de crime de improbidade administrativa.

Na mesma sessão os conselheiros analisaram e aprovaram as contas referentes a 2016 das câmaras municipais dos municípios de Abaíra e de Jandaíra. As de Abaíra, de responsabilidade do vereador Aliomar Pina, relatadas pelo conselheiro Fernando Vita, foram aprovadas com pequenas ressalvas que sequer justificaram a aplicação de multa. Já as da Câmara Municipal de Jandaíra, apresentadas pelo vereador Adilson Ávila Junior, foram aprovadas sem ressalvas por sugestão do conselheiro relator Raimundo Moreira.

Em relação à prefeitura de Nordestina, ficou claro, na análise das contas, que o ex-prefeito cometeu crime fiscal, ao contrariar o artigo 42 da Lei de Responsabilidade Fiscal que veda ao agente público, nos últimos dois quadrimestres do seu mandato, contrair obrigação de despesa que não possa ser cumprida integralmente dentro do período ou que tenha parcelas a serem pagas no exercício seguinte, sem que haja suficiente disponibilidade de caixa. No caso, o agora ex-prefeito, Wilson Matos, realizou gastos – sem recursos em caixa – que somaram R\$4,4 milhões.

Além disso, foram constatadas inúmeras irregularidades em processos licitatórios e em processos de pagamento que, por si, já justificavam – para o conselheiro relator – a rejeição das contas sem o agravado do desrespeito ao artigo 42 da LRF. Os poucos méritos constatados na análise das contas de Nordestina foi que o então prefeito cumpriu os índices constitucionais com Educação e Saúde e com a aplicação dos recursos provenientes do Fundeb. E também respeito o índice de gastos com pessoal – não superando o limite de 54% das receitas correntes líquidas e das transferências constitucionais. Cabe recurso